



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

11/07/2016 ATÉ 11/07/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE ATOS E FATOS.....	1
2	CONVÊNIOS	
	2.1 BLOG JOHN CUTRIM.....	2
	2.2 BLOG JORGE VIEIRA.....	3
	2.3 BLOG WALDEMAR TER.....	4
	2.4 SITE O QUARTO PODER.....	5
	2.5 SITE TV GUARÁ.COM.....	6
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG RILTON SILVA.....	7
4	PAGAMENTO	
	4.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	8
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG DO KIEL MARTINS.....	9
6	SERVIDOR PÚBLICO	
	6.1 BLOG AQUILES EMIR.....	10
	6.2 BLOG DA KELLY.....	11
7	SINDJUS	
	7.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	12
8	TURMAS RECURSAIS	
	8.1 BLOG DUDU COSTA.....	13
	8.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	14

Servidores do judiciário decidem em assembleia geral decretar estado de Greve Geral

11/07/2016 19:14:05

Servidores do judiciário participaram da Assembleia Geral do SINDJUS-MA.

Os sindicalizados convocados pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão-SINDJUS/MA participaram de Assembleia Geral da categoria realizada neste sábado, 09/07, em sua sede social, na estrada da Raposa, e aprovaram por unanimidade estado de Greve Geral devido o modo como o Tribunal de Justiça-TJMA tem tratado a pauta do pagamento das Perdas Inflacionárias de 6,3% e pela retaliação do Governo do Estado do Maranhão com os servidores do judiciário maranhense.

Na Assembleia Geral, a categoria ainda aprovou:

- 1 - O Regimento das Assembleias Gerais do sindicato;
- 2 - A continuidade do movimento e mobilização para garantir o pagamento da reposição inflacionária de 6,3%;
- 3 - A aprovação imediata do novo Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos (PCCV), a iniciar pela equiparação salarial dos auxiliares aos vencimentos do cargo de técnico;
- 4 - E a moção de apoio ao servidor Fábio Aguiar que sofreu um assalto em sua residência e foi alvejado com arma de fogo.

Na pauta de luta foi aprovada ainda a **Operação Padrão** com a continuidade dos movimentos de protesto na garantia do cumprimento do direito dos servidores.

Na terça-feira, 12/07, às 16h, na sede do SINDJUS-MA a convite do sindicato será realizada uma reunião com todos os sindicatos de servidores públicos do Estado, para deliberarem sobre a possibilidade de um ato público unificado do funcionalismo público, com objetivo de reivindicar do Governador Flávio Dino o pagamento das perdas inflacionárias dos servidores e respeito a outros direitos adquiridos da categoria.

A decisão dos servidores pretende manter as negociações com o desembargador presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha, que até o momento não tem demonstrado "vontade política" para que seja concretizado o pagamento das perdas inflacionárias. O Tribunal de Justiça informou que solicitou ao Governo do Estado por meio de ofício, que seja realizado o remanejamento da Gratificação por Produtividade Judiciária-GPJ para o pagamento das Perdas Inflacionárias. O pedido também já foi encaminhado ao Governador Flávio Dino, que solicitou apreciação da Secretaria de Planejamento, porém sem uma resposta efetiva para a categoria.

José Sarney diz como nasceu um dos mais famosos livros do escritor Josué Montello: Os Tambores de São Luís

09/07/2016 00:00:00

Em seu artigo deste fim de semana, publicado em O Estado do Maranhão, o ex-senador José Sarney (PMDB-AP) conta como nasceu um dos mais famosos livros de Josué Montello, Os Tambores de São Luís. Embora alguns tenham deturpado a versão dada por ele, em nenhum momento ele se coloca como inspirador da obra, apenas narra que doou a peça fundamental para sua produção: o processo de julgamento da Ana Rosa Viana Ribeiro, a Baronesa do Grajaú, que foi levada a juri pelo destemido promotor de Justiça Celso Magalhães. Segundo Sarney, quando ele era oficial Judiciário, ainda com 19 anos, o então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Santos, determinou que os processos velhos, os que fossem anteriores a 30 anos, podiam ser jogados fora. Na mudança dos papéis, feito em carroças, ele encontrou o processo e guardou na esperança de um dia escrever um livro.

"O tempo passou. O processo sempre comigo. Uma noite, em Brasília, Josué veio jantar comigo com Yvone. Disse-lhe que tinha o processo da Baronesa de Grajaú. Seus olhos brilharam. Mas estabeleci uma condição que ele escrevesse um romance sobre ele. Trato feito dei-lhe o processo. Josué, com ele, escreveu sua maior obra, Os Tambores de São Luís, o romance da escravidão, escrito com um século de atraso, mas preencheu uma lacuna. É um livro monumental", relata Sarney.

Segundo o ex-senador, duas mulheres dominaram o imaginário maranhense como más. Dona Ana Jansen e a baronesa de Grajaú. A primeira era feia, a segunda bonita. Da primeira nenhum processo restou, só a fama. Da segunda, temos a figura de um homem corajoso, o promotor Celso Magalhães, que bem merece o tributo que lhe faz o Ministério Público.

Guardar para a eternidade esse processo é uma homenagem que se faz a essa grande instituição.

Leia o artigo na íntegra:

O processo da Baronesa de Grajaú

Lamento que somente agora descobri o livro do historiador José Eulálio Figueiredo de Almeida sobre o processo da Baronesa de Grajaú, obra muito bem construída, escrita numa linguagem moderna, sem concessões ao barroco e abrangendo todos os ângulos desse rumoroso caso, que passou a ser um marco na História do século XIX, no Maranhão, dando margem a que se tivesse uma visão ampla sobre a vida cotidiana, os costumes, com incursões sobre a medicina, a consciência do povo sobre a mancha hedionda da escravidão.

As novas gerações não têm entre suas prioridades grandes interesses sobre a História, notadamente a história do Maranhão, que era fascinação para a minha. Esse processo trata da acusação de que a dona Ana Rosa Viana Ribeiro, esposa do doutor Carlos Fernando Ribeiro, chefe do Partido Liberal no Maranhão, que depois seria escolhido por dom Pedro II Barão de Grajaú, que teria por constantes sevícias e maus-tratos morto um escravo seu, um menino de 8 anos, de nome Inocência.

O crime teve um grande repercussão na cidade e envolvido médicos de grande renome, como o dr. Santos Jacynto, conceituado e grande médico que assinou o atestado de óbito dizendo ter o menino morrido de

hipoemia intertropical, o que significa opilação, vermes. Acontece que o cadáver apresentava sinais marcantes de pancadas, equimoses, feridas, derrame craneano, enfim, todas as evidências de ter sofrido o que os escravos sofriam: tortura, sevícias, surras.

A baronesa era conhecida como pessoa má, tida na cidade como sádica com seus escravos, a quem submetia a um regime de padecimento constante. O processo envolveu também duas figuras da maior importância na história maranhense. Primeiro e maior, Celso Magalhães, pioneiro do abolicionismo e grande nome da literatura, na acusação e, na defesa, Paula Duarte, que, pela leitura do processo, foi melhor jurista que seu opositor. Era um grande orador, foi deputado provincial, boêmio, e de reconhecida inteligência e talento.

A Baronesa foi levada a júri, pronunciada, presa e finalmente absolvida por unanimidade, chegando para ser julgada em companhia de damas de preto, amigas e damas da sociedade.

Mas eu tenho uma história para contar sobre o processo e sua sobrevida, capaz de dar aos historiadores a oportunidade de manuseá-lo e salvá-lo. Eu era Oficial Judiciário, trabalhava no Tribunal de Justiça, na Rua Afonso Pena, esquina com a Rua Direita. Eu tinha 19 anos. O Governo Paulo Ramos construiu o novo Tribunal na Praça Pedro II. Começou a mudança e o presidente do Tribunal, desembargador Joaquim Santos, determinou que os processos velhos, os que fossem anteriores a 30 anos, podiam ser jogados fora. A mudança levou vários meses. Não tínhamos muitos caminhões e o transporte era feito pelas carroças, que se enfileiravam ali para carregar as coisas. Fui designado para ajudar. Numa das carroças eu, já intelectual e jornalista, em breve membro do Instituto Histórico, sucedendo o professor e grande homem de letras Antonio Lopes, comecei a tentar salvar alguns daqueles papéis que eu julgava um crime irremediável. Encontrei o processo da Baronesa. Eu conhecia o caso. Exultei. Salvei outros processos que doei a Arnaldo Ferreira.

Não sei se constam da sua grande biblioteca, hoje pertencente ao Senac. Comuniquei na Faculdade ao colega Walbert Pinheiro que com ele permaneceu uns dias. E guardei na esperança de escrever um romance com aquele repositório de informações.

O tempo passou. O processo sempre comigo. Uma noite, em Brasília, Josué veio jantar comigo com Yvone. Disse-lhe que tinha o processo da Baronesa de Grajaú. Seus olhos brilharam. Mas estabeleci uma condição que ele escrevesse um romance sobre ele. Trato feito dei-lhe o processo. Josué, com ele, escreveu sua maior obra, Os Tambores de São Luís, o romance da escravidão, escrito com um século de atraso, mas preencheu uma lacuna. É um livro monumental.

Numa solenidade, no Museu Histórico do Maranhão (fundado por mim), Josué em minha frente, fazendo referência a essa história, doou ao Museu o famoso manuscrito. Foi assim que ele foi parar ali.

Sempre tinha a preocupação de que ele fosse perdido e era meu propósito um dia nós o tivéssemos no Arquivo Público do Estado, muito bem organizado, climatizado, papel sem acidez separando as folhas, para evitar que o tempo apague a tinta e que esta corra o papel. Por outro lado, estabelecer técnica de manuseá-lo.

Pelo excelente livro do escritor Eulálio de Almeida, soube que está sob a guarda do Ministério Público. Aqui uma sugestão. O MP faça uma comissão, visite o Arquivo Público e ali deposite o processo, para salvá-lo. Vão conhecer uma repartição organizada e que tem um tesouro guardado, com documentos e equipamentos capazes de preservá-lo. Fora dali, todos nós somos mortais, as coisas vão ficando de uns para outros e com o tempo a memória deles desaparece. Aqui fica uma sugestão.

Pela própria natureza dos processos de conservação nem o Museu Histórico nem o MP tem esses meios.

Duas mulheres dominaram o imaginário maranhense como más. Dona Ana Jansen e a baronesa de Grajaú. A primeira era feia, a segunda bonita. Da primeira nenhum processo restou, só a fama. Da segunda, temos a figura de um homem corajoso, o promotor Celso Magalhães, que bem merece o tributo que lhe faz o Ministério Público.

Guardar para a eternidade esse processo é uma homenagem que se faz a essa grande instituição.

COLUNA DO SARNEY: O Processo da Baronesa de Grajaú

11/07/2016 00:00:00

O processo da Baronesa de Grajaú, que trata da acusação de que a dona Ana Rosa Viana Ribeiro - esposa do doutor Carlos Fernando Ribeiro, chefe do Partido Liberal no Maranhão, que depois seria escolhido por dom Pedro II Barão de Grajaú -, teria por constantes sevícias e maus-tratos morto um escravo seu, um menino de 8 anos, de nome Inocêncio.

O crime teve um grande repercussão na cidade e envolvido médicos de grande renome, como o dr. Santos Jacynto, conceituado e grande médico que assinou o atestado de óbito dizendo ter o menino morrido de hipoemia intertropical, o que significa opilação, vermes. Acontece que o cadáver apresentava sinais marcantes de pancadas, equimoses, feridas, derrame craneano, enfim, todas as evidências de ter sofrido o que os escravos sofriam: tortura, sevícias, surras.

Eu era Oficial Judiciário, trabalhava no Tribunal de Justiça, na Rua Afonso Pena, esquina com a Rua Direita. Tinha 19 anos. O Governo Paulo Ramos construía o novo Tribunal na Praça Pedro II. Começou a mudança e o presidente do Tribunal, desembargador Joaquim Santos, determinou que os processos velhos, os que fossem anteriores a 30 anos, podiam ser jogados fora. A mudança levou vários meses. Não tínhamos muitos caminhões e o transporte era feito pelas carroças, que se enfileiravam ali para carregar as coisas. Fui designado para ajudar. Numa das carroças eu, já intelectual e jornalista, em breve membro do Instituto Histórico, sucedendo o professor e grande homem de letras Antônio Lopes, comecei a tentar salvar alguns daqueles papéis que eu julgava um crime irem terminar na maré. Encontrei o processo da Baronesa. Eu conhecia o caso. Exultei. Salvei outros processos que doei a Arnaldo Ferreira.

Não sei se constam da sua grande biblioteca, hoje pertencente ao Senac. Comuniquei na Faculdade ao colega Walbert Pinheiro, que com ele permaneceu uns dias. E guardei na esperança de escrever um romance com aquele repositório de informações.

O tempo passou. O processo sempre comigo. Uma noite, em Brasília, Josué veio com Yvone jantar comigo. Disse-lhe que tinha o processo da Baronesa de Grajaú. Seus olhos brilharam. Mas estabeleci uma condição: que ele escrevesse um romance sobre a história. Trato feito, dei-lhe o processo. Josué, com ele, escreveu sua maior obra, Os Tambores de São Luís, o romance da escravidão, escrito com um século de atraso, mas preencheu uma lacuna. É um livro monumental.

Numa solenidade, no Museu Histórico do Maranhão (fundado por mim), Josué em minha frente,

fazendo referência a essa história, doou ao Museu o famoso manuscrito. O tempo passou, e perdi de vista o processo.

Há alguns anos o historiador José Eulálio Figueiredo de Almeida escreveu um livro sobre ele, obra muito bem construída, escrita numa linguagem moderna, sem concessões ao barroco e abrangendo todos os ângulos desse rumoroso caso, que passou a ser um marco na História do século XIX, no Maranhão, dando margem a que se tivesse uma visão ampla sobre a vida cotidiana, os costumes, com incursões sobre a medicina, a consciência do povo sobre a mancha hedionda da escravidão.

As duas visões, a de Josué e a do professor José Eulálio, são os melhores testemunhos dos preconceitos e costumes da sociedade maranhense de sua época. Quem escreverá o retrato da nossa?

José Sarney

Flávio afirma que Maranhão é o Estado que mais pagou emendas a deputados

09/07/2016 13:44:58

O governador Flávio Dino foi entrevistado na estreia do Programa Resenha, da TV Difusora. Sobre a relação com a Assembleia Legislativa a crítica sobre o pagamento das emendas parlamentares, Flávio lembrou do difícil momento econômico pelo qual passa o país, mas ressaltou que tem pago o máximo possível e mantém o diálogo com os parlamentares.

"Nós somos o estado que mais já pagamos emendas aos deputados no país, isso de forma proporcional. Nós não podemos fazer, por exemplo, com que os hospitais fechem, a prioridade é a população. O ano ainda não acabou, dependendo da receita poderemos honrar não só com o legislativo, mas ajudar também o judiciário", afirmou. Confrontado a uma matéria exibida com críticas da deputada Andrea Murad, Dino disse que é normal o incômodo daqueles que tiveram os privilégios cortados. "Não há mais esqueminhas e esquemões como havia no passado", rebateu.

Em vários momentos, o governador fez um comparativo entre práticas de seu governo e outras atribuídas ao governo passado. Ele afirmou que existia um esquema de isenções fiscais irregulares que diminuía a arrecadação do Estado. O governador garantiu a continuidade do pagamento regular dos servidores públicos.

Sobre as eleições, reafirmou a neutralidade em São Luís, mas disse pela primeira vez que já tem seu candidato pessoal na capital, afirmando seguir seu partido. Ou seja, deu a entender que seu voto será no prefeito Edivaldo, que terá o PCdoB em sua coligação. Em Imperatriz, reafirmou apoio a Rosângela Curado.

Filha da ex-presidente do TJ-MA já recebeu quase R\$ 200 mil como "FANTASMA" na AL-MA

11/07/2016 16:56:23

A farra de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa do Maranhão vai de pequenos cargos em gabinetes de deputados a altos cargos de direção na Casa.

O Blog do Kiel Martins irá trazer uma série de matérias com os nomes e os altos salários de filhos de desembargadores do estado do Maranhão.

Apesar da crise que afeta o setor econômico de todo o país, um dos filhos que foi afetada pela alta do desemprego foi a filha da desembargadora e ex-presidente do TJ-MA, Cleonice Freire. Themis Silva Freire foi nomeada na Casa no dia 10 de fevereiro de 2015, para o cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Assessor Parlamentar, com o salário de R\$12.557,54.

No total são cinco, os filhos de desembargadores que estão lotados na Alema, sem precisar ir trabalhar ou assinar ponto.

Uma coisa é certa: os funcionários da Assembleia que trabalham todos os dias não vão gostar nenhum pouco de ter lido essa matéria.

Advogados estranham concessão padrão de R\$ 150 por danos morais em ações

11/07/2016 14:00:09

Advogados estranham concessão padrão de R\$ 150 por danos morais em ações

[Advogados do Maranhão têm estranhado uma prática que tem se tornado recorrente na Turma Recursal dos Juizados Especiais de São Luís: a redução considerada exagerada de sentenças por danos morais.](#)

[Nos casos mais recentes, a Turma parece ter adotado um valor padrão para o dano, seja ele qual for: R\\$ 150,00.](#)

[Isso mesmo, cento e cinquenta reais!](#)

[Em um dos casos encaminhados ao **Blog do Gilberto Léda \(veja acima\)**, um cliente da Cemar conseguiu no Juizado Especial dano moral de R\\$ 3,5 mil por cobrança indevida.](#)

[Após recurso da empresa à Turma, o valor foi baixado para \(adivinhem!\) R\\$ 150,00. Isso sem contar a redução do valor do dano material.](#)

[É, no mínimo, curioso?](#)

Advogados estranham concessão padrão de R\$ 150 por danos morais em ações

11/07/2016 14:00:09

Advogados do Maranhão têm estranhado uma prática que tem se tornado recorrente na Turma Recursal dos Juizados Especiais de São Luís: a redução considerada exagerada de sentenças por danos morais.

Nos casos mais recentes, a Turma parece ter adotado um valor padrão para o dano, seja ele qual for: R\$ 150,00.

Isso mesmo, cento e cinquenta reais!

Em um dos casos encaminhados ao **Blog do Gilberto Léda (veja acima)**, um cliente da Cemar conseguiu no Juizado Especial dano moral de R\$ 3,5 mil por cobrança indevida.

Após recurso da empresa à Turma, o valor foi baixado para (adivinhem!) R\$ 150,00. Isso sem contar a redução do valor do dano material.

É, no mínimo, curioso...

Governo, TJ e MP criam força-tarefa para combate da sonegação fiscal

11/07/2016 15:45:03

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. "Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca", ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional - que passa pela maior crise desde 1929 - e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. "Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população", sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. "A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais", afirmou.

O post [Governo, TJ e MP criam força-tarefa para combate da sonegação fiscal](#) apareceu primeiro em [John Cutrim](#).

Governo, TJ e MP criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal

11/07/2016 17:32:06

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. "Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca", ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional - que passa pela maior crise desde 1929 - e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. "Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio", reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. "Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação", apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explanou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquéritos,

estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. "Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população", sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. "A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais", afirmou.

Eleições 2016: Ex-prefeito Gilberto Arôso tem outras condenações de colegiado no TJ-MA.

11/07/2016 00:00:00

Gilberto Arôso

O ex-prefeito Gilberto Arôso (PRB) tem consciência que não poderá sair candidato a prefeito em Paço do Lumiar. Mas a situação do seu grupo político, é complicada caso ele anuncie que está inelegível, a debandada será geral, pois os nomes de Marinho do Paço (PROS), Jorge Maru (PRB) e Fred Campos (PRB), cotados para o cargo, não decola.

A estratégia do Arôso é manter a candidatura até o final, e com isso o grupo se fortalecer para as eleições em outubro. Gilberto mesmo inelegível, vai sair candidato e tentar massificar seu número de campanha "10", na reta final Fred Campos irá substituí-lo.

Gilberto Arôso tenta copiar sua tia, a ex-prefeita Bia Arôso que nas eleições de 2000, mesmo com sua candidatura impugnada, conseguiu transferir mais de 10 mil votos para seu sucesso Agnaldo Berto Ferreira, mais conhecido como "Gigi".

Só existe um problema em relação a tática de Gilberto, o mundo evoluiu e hoje, em plena era digital, na era do conhecimento e da informação, essa velha tática não cola. O ex-prefeito esqueceu que os tempos são outros, e que seu velho grupo político ficou estagnado no tempo.

As condenações

O Tribunal de Justiça do Maranhão confirmou a condenação criminal do ex-prefeito de Paço do Lumiar, Gilberto Aroso. Após o julgamento do recurso do ex-prefeito, foi expedido o mandado de prisão dele.

Gilberto deixou o presídio de Pedrinhas até a Justiça decidir qual vai ser o regime da sua prisão (se aberto ou fechado).

Condenado por órgão colegiado (Primeira Câmara Criminal do TJMA), Gilberto Aroso está impedido de se candidatar (está inelegível), Segundo decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

"Eleições 2012. Registro. Prefeito. Indeferimento. Condenação criminal. Inelegibilidade. Art. 1º, inciso I, alínea e, item 1, da LC nº 64/90. Incidência. 1. A partir da edição da Lei Complementar nº 135/2010, não se exige mais a presença da preclusão máxima para a configuração da hipótese de inelegibilidade, bastando para tanto que a decisão tenha sido proferida por órgão colegiado. 2. Tendo sido o agravante condenado, por decisão colegiada, pela prática do crime de corrupção passiva, ele está inelegível desde a condenação até o transcurso de oito anos após o cumprimento da pena, nos termos do art. 1º, I, e, 1, da LC nº 64/90. [...]"

(Ac. de 14.2.2013 no AgR-REspe. nº. 14823, rel. Min. . Henrique Neves.)

"Eleições 2012. Registro de candidatura. Prefeito. [...] Não atendimento a procedimentos licitatórios e descumprimento da lei de responsabilidade fiscal. Irregularidades insanáveis e atos dolosos de improbidade administrativa. Precedentes. Causa de inelegibilidade do art. 1º, inciso i, alínea g, da lei complementar nº 64/90. Desnecessidade de imputação em sede de ação penal ou civil pública. Precedentes. Lei complementar nº 135/2010. Incidência imediata. Precedentes. Condenação, perpetrada por órgão colegiado do poder judiciário. Crime contra a administração pública. Incidência da causa de inelegibilidade do art. 1º, inciso I, alínea e, da Lei Complementar nº 64/90. [...] 6. A condenação do Candidato, por órgão colegiado do Poder Judiciário, por crime contra a Administração Pública é apta a atrair a incidência da causa de inelegibilidade objeto do art. 1º, inciso I, alínea e, da Lei Complementar nº 135/2010.[...]"

(Ac. de 5.2.2013 no AgR-REspe. nº. 46613, rel. Min. Laurita Vaz.)

O ex-prefeito de Paço do Lumiar tem outras condenações de colegiado, que põe fim a sua vida pública.

SONEGAÇÃO FISCAL: GOVERNO, TJ E MINISTÉRIO PÚBLICO CRIAM FORÇA-TAREFA PARA COMBATER ESSE CRIME

11/07/2016 18:52:30

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. "Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca", ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional - que passa pela maior crise desde 1929 - e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. "Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio", reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. "Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação", apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explanou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquéritos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. "Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população", sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. "A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais", afirmou.

50% dos Tribunais brasileiros já funcionam com Plano de Logística Sustentável

09/07/2016 20:14:33

Logística sustentável aplicada na estrutura administrativa de órgãos públicos foi tema de Seminário realizado nesta quarta-feira, 6 de julho, no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que integra, junto com o Tribunal de Justiça, Universidade Federal e as Justiças Federal e do Trabalho, a Eco Liga da Justiça, cujo objetivo é implementar políticas e tecnologias que possam auxiliar a gestão eficiente de recursos. A ideia foi prestar informações sobre esta ferramenta de gerenciamento de recursos materiais e financeiros, buscando sensibilizar acerca da responsabilidade socioambiental.

Presentes ao evento, que recebeu o nome de I Seminário de Logística Sustentável e Redução de Custos na Gestão Pública, representantes das 5 instituições que assinaram Protocolo de Cooperação Técnica para racionalização e redução de custos; logísticas integradas de veículos; capacitação e produção científica; destinação adequada de resíduos; e compras sustentáveis e compartilhadas.

Antes dos palestrantes exporem acerca da efetividade da Resolução CNJ 201/15 e seus reflexos, do Plano de Logística Sustentável e do Panorama da Gestão Socioambiental no Poder Judiciário, os signatários do Protocolo discursaram sobre a realidade de seus órgãos.

O desembargador Lourival Serejo (presidente) registrou que, ciente do seu dever, promoveu a criação em 7 de junho deste ano do Núcleo Socioambiental do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, o primeiro da Justiça Eleitoral do país, através da Resolução 8.925/16, com base na Resolução CNJ 201/15.

De caráter permanente, o Núcleo estimulará a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental, bem como do corpo funcional e força de trabalho auxiliar. Vinculado à Diretoria-Geral, está composto por membros escolhidos preferencialmente por processo seletivo interno disponível a todos os servidores.

Ainda durante o evento, o TRE-MA assinou contrato com a CEMAR para substituição das lâmpadas de toda a sede e do Fórum de São Luís como parte do programa de eficiência energética desenvolvido pela empresa e inaugurou sala onde funcionará o Núcleo, prestando homenagens aos servidores Maria de Lourdes Coimbra Nogueira, Christiano Anderson Neitzke e Sidney Ribeiro, que desenvolveram importante trabalho de implantação da consciência ambiental no âmbito do Regional.

Por sua vez, o desembargador Cleones Cunha (presidente do TJMA) informou que o Plano de Logística Sustentável foi aprovado em março de 2016, alinhado com o Planejamento Estratégico, inserindo normas nos editais de licitação voltados à realização de contratos e compras sustentáveis. Exemplificou que, desde que a exigência para inserção de matrícula e senha dos servidores para efetuar chamadas telefônicas entrou em vigor, alcançou redução média de 40% com esta despesa.

O juiz federal Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo (diretor da Justiça Federal do MA) explicou que ser sustentável significa ter equilíbrio e o professor Fernando Carvalho (vice-reitor da UFMA) disse que as estruturas administrativas governamentais são responsáveis por movimentar a economia e utilizar recursos naturais. Dessa forma, as atividades desenvolvidas por elas exigem implantação de sistema de gestão e logística. Já o juiz do trabalho Bruno de Carvalho Montejunas (presidente da Comissão Ambiental), reforçou o compromisso do TRT da 16ª Região com a sustentabilidade, reiterando a aliança firmada para garantir o alcance dos objetivos traçados no Protocolo.

Palestras

Falando sobre a efetividade da Resolução CNJ 201/2015 e seus reflexos, o conselheiro Norberto Campelo contou como medidas simples representam indiscutível redução de gastos com energia e água através do uso racional, para exemplificar, citou o caso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que já possui controle

rigoroso sobre a quantidade de papel impresso, consumo de combustível, uso de internet, entre outros materiais que impactam positivamente no orçamento.

A assessora-chefe de Gestão Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, observou que 50% dos Tribunais já publicaram seus Planos de Logística Sustentável, mas que, efetivamente, eles não estão sendo colocados em prática porque há muita resistência e inexistência de sensibilização e informação, mostrando o que fazer e o que não fazer na implantação dos núcleos, destacando que eles devem estar ligados hierarquicamente à Presidência ou Diretoria-Geral.

Ao expor sobre o Panorama da Gestão Socioambiental no Poder Judiciário, o assessor-chefe de Gestão Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral, Ganem Amidem Neto, contou que o TSE baixou norma própria, com base na Resolução do CNJ, regulamentando a implantação do PLS para a Justiça Eleitoral, levando em consideração os anos eleitorais e não eleitorais. Também abordou o pioneirismo do Maranhão na aplicação do PLS em artigo científico que será apresentado numa das mais antigas instituições de geografia da América do Sul, sediada na Argentina.

Sobre os palestrantes

Norberto Campelo é o conselheiro que preside a Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, relator da Resolução 201/15.

Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, uma das maiores entusiastas do Plano de Logística Sustentável, é graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, funcionária de carreira do Ministério Público Federal e idealizadora do Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário (que já possui 3 edições). Ela já participou do grupo de estudos junto ao Conselho Nacional de Justiça, além de realizar capacitações em todo país sobre o PLS.

Ganem Amidem Neto é doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília, com ênfase em planejamento urbano, rural e regional. Pesquisador e responsável pela Gestão Socioambiental no Conselho Nacional de Justiça durante 5 anos, colaborou para a elaboração da atual Resolução do CNJ que trata sobre o Plano de Logística Sustentável e criação de unidades socioambientais no Poder Judiciário.

Governo, TJ e Ministério Público criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal

11/07/2016 15:25:06

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. "Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca", ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional - que passa pela maior crise desde 1929 - e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. "Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio", reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. "Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação", apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explanou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquéritos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. "Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população", sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. "A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais", afirmou.

O post [Governo, TJ e Ministério Público criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Convênio é assinado para combate aos crimes de sonegação fiscal

| Assessoria

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. "Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca", ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional - que passa pela maior crise desde 1929 - e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. "Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio", reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. "Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação", apontou.